

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA



Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento

HERMES ZANETTI

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Andrei Koener (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Conrado Hübner Ramos (FD-USP)

Jefferson Goulart (DCH-UNESP)

Salvador Schavelzon (Unifesp-Osasco)

Hermes Zaneti nasceu em Veranópolis (RS) em 1943. Advogado e professor, iniciou a militância política no MDB. Presidente do Centro de Professores do Rio Grande do Sul entre 1975 e 1979, presidiu depois a Confederação dos Professores do Brasil e também a Organização Mundial de Professores. Com o fim do bipartidarismo (1979), ingressou no PMDB, legenda pela qual disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados em 1982. Eleito com os votos de Porto Alegre, Veranópolis, Alegrete e Uruguaiana, tomou posse em fevereiro do ano seguinte. Titular da Comissão de Educação e Cultura, em 25 de abril de 1984 votou a favor da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para Presidente da República. Derrotada a proposição, apoiou o candidato das oposições, Tancredo Neves, eleito pela Aliança Democrática (união do PMDB com a dissidência do PDS, abrigada na dita Frente Liberal). Durante a legislatura 1983-1987, Zaneti votou contra todos os decretos-leis de arrocho salarial, opondo-se também ao projeto que proibia a demissão imotivada do trabalhador. Além disso, defendeu a convocação de uma Assembleia Constituinte, a reforma agrária, o fim da censura e o voto vinculado. Foi eleito deputado federal constituinte pelo PMDB gaúcho em 1986. Na Assembleia Nacional Constituinte, presidiu a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, participou como titular da Subcomissão dos Estados, da Comissão da Organização do Estado e como suplente da Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente, vinculada à Comissão da Ordem Social. Descontente com uma suposta falta de coerência do PMDB no cumprimento de suas metas programáticas, deixou a agremiação ainda durante a Constituinte, filiando-se ao PSDB, formado em junho de 1988 a partir de uma dissidência peemedebista. Com destacada atuação nas questões relativas aos direitos sociais, defendeu a gestão democrática das universidades públicas e privadas e o direito das nações indígenas receberem escolarização em seu próprio idioma, bem como o aumento de verbas para as atividades científicas e os programas de pesquisa. Em 1994, candidatou-se à reeleição pelo PSDB gaúcho, obtendo uma suplência. Voltou a obter uma suplência de deputado nas eleições de 2006, desta vez na legenda do PMDB. Na década de 1990, passou a atuar junto à Cooperativa Vinícola Aurora, em Bento Gonçalves (RS), para coordenar as negociações das dívidas que comprometiam a sobrevivência da Cooperativa e o meio de vida de 1.300 famílias da região. Nesse período, se tornaria superintendente da Cooperativa, tendo atuado mais tarde como consultor contratado e membro do seu conselho consultivo até agosto de 2008. Foi também presidente da Câmara Setorial da Uva e do Vinho.

Cidadão aos 16 anos

A criação de uma nova Constituição para o Brasil em 1987-1988 foi um momento mágico; não creio que muitos países tenham tido um processo de auto-gestão política, nascido do conjunto do povo, como foi o da elaboração da nova Carta Política. Hoje em dia, algumas pessoas dizem que estaria na hora de fazermos uma nova Constituição. Eu sou contra, pois jamais conseguiríamos uma mobilização popular com tanto ardor, com tanta vontade, com tanta participação como a que tivemos para escrever esse texto. Tanto que ele incomodou as forças conservadoras e as incomoda até hoje. Ao invés de terem sido regulamentados, os artigos que não conseguimos arrematar na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) são acusados de detalhismo, de desnecessários, ou se diz que não deveriam constar no texto constitucional. Esse processo foi amplo e nascido dessa vontade de construção de um momento de liberdade, decorrente, naturalmente, das peculiaridades daquele momento de sufoco que vivia a sociedade brasileira.

Jamais na história do Brasil tivemos um período como este que estamos vivendo, há vinte anos, de liberdades democráticas. Isso é importante frisar, diante do grande problema que temos no país, que é o das desigualdades sociais. Só que nos últimos anos, em decorrência dessa liberdade, estamos conseguindo reverter esse processo, o que prova que a supressão da liberdade para construir a igualdade obteve fracasso histórico. O processo do Brasil prova que a liberdade pode construir mais igualdade. E a esse processo está ligada a educação. O movimento que gerou e gestou a Constituição de 1988 teve uma amplitude política muito maior do que aquilo que se poderia esperar de profundidade e motivação para a educação. Quer dizer, estamos ainda muito longe de termos para a educação a vontade coletiva de construí-la da forma como nosso país

precisa para obter um futuro adequado. Minha visão é que estamos, ainda, no Brasil, sem uma proposta de educação que garanta o futuro que aspiramos para o nosso país. Eu fiz uma conferência para um encontro latino-americano de supervisores escolares e naquela oportunidade expus uma visão de que temos ainda a “escola do atraso”; a educação ainda não desempenha o papel de vanguarda que lhe caberia. E isso porque não há, ainda, uma consciência para gerar motivação suficiente, inclusive de parte dos governantes, para forçar que se criem as condições de construir uma proposta de educação condizente com a sociedade na qual vivemos. Ainda temos, em geral, escolas que funcionam na base do “cuspe e giz”, quando vivemos uma sociedade universal. Uma escola que, por exemplo, não tenha internet, é uma escola que não está adequada à sociedade contemporânea, é uma “escola do atraso”. Desse modo, as crianças vão para a escola e depois tem que ir para alguma outra instituição para aprender as coisas que a escola não lhes ensina.

EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE

Quando presidi a Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte da ANC, pude detectar que se interessavam pelas questões de educação apenas os educadores. A grande disputa era entre a escola particular e a escola pública. Este pode ser considerado um divisor de águas no processo constituinte. Outra grande disputa foi a fixação de um percentual mínimo da receita de impostos a ser destinado à educação. Conseguimos manter a vinculação de recursos para a educação, pois contamos com uma contribuição importante do senador João Calmon (PMDB-ES) e de algumas lideranças. Mas, por exemplo, com José Serra (PMDB-SP), que é um economista muito respeitado, tive com ele engalfinhamentos poderosos nas outras etapas da Constituinte, porque ele era totalmente contra qualquer vinculação. Para surpresa minha, quando ele foi Ministro da Saúde, procurou vincular recursos públicos também para a área da saúde. Agora, é importante frisar que o assunto “educação” interessava somente aos próprios educadores. A

maior prova disso é de que as grandes lideranças industriais, políticas, institucionais, por exemplo, discutiam economia, o solo, as grandes questões econômicas. E depois exigem que se lhes forneça pessoas qualificadas, dizem que da educação é que se pode esperar o material humano capaz de transformar o país ou colocá-lo noutra estágio de desenvolvimento. Mas isso é puro discurso; no empresariado, não há consciência efetiva da educação como investimento real que dá resultado.

Claro que havia uma visão ideológica de educação no desenrolar da Constituinte. A direita defendia a escola particular e queria todas as benesses para a escola particular. A esquerda, em especial um grupo – que tinha, entre outros, Florestan Fernandes (PT-SP), Jorge Hage (PMDB-BA), Octávio Elísio (PMDB-MG) e eu – se empenhou, permanentemente, em defesa da escola pública. Muitas propostas foram discutidas, exatamente no sentido de defesa da escola pública. Uma das grandes discussões que se fez foi a distinção entre igualdade de oportunidades e igualdade de condições. A direita defendia igualdade de oportunidades, e eu pude liderar um movimento que argumentava que não havia como garantir igualdade de oportunidades sem oferecer igualdade de condições. Eu até dava exemplos objetivos da época, mostrando uma questão de fundo: a igualdade de oportunidades só poderia existir com igualdade de condições e, daí, pode-se imaginar o que era discutir com os conservadores, com a direita, a igualdade de condições, porque aí se apresentava toda uma perspectiva ideológica.

De modo que, nesse particular, a esquerda venceu, pois, no texto da Constituição, um dos princípios da educação é o da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Essa parte do texto constitucional é de minha lavra, e a profundidade e a dimensão disto talvez pouca gente consiga entender, assim como não se tem noção do que foi a briga em torno deste assunto. Muitas pessoas não têm ideia do que foi a guerra para construir este

texto de Constituição. E quando acusam a Constituição de ser muito detalhada, muito avançada, é importante registrar que nós tínhamos absoluta convicção disto. Nós estávamos escrevendo uma Constituição para ser o “gancho do alpinista”, que pudesse ser um apoio para a sociedade brasileira, para construir-se na direção de uma nova estrutura social. Hoje, percebo que a juventude não tem ideia do que foi a nossa luta para construir este período de liberdade que eles estão podendo viver. Sugerir ao Lula, e ele realizou, um encontro sobre os 20 anos da Constituição, reunindo mais de 300 constituintes, no dia 5 de dezembro de 2008, em Brasília. A ideia era de fazer chegar à sociedade brasileira, especialmente aos mais jovens, a riqueza deste momento, e o quanto ele nos oferece de oportunidade para construir uma outra estrutura social, absolutamente necessária para a sociedade brasileira. Hoje, vivemos numa sociedade violenta, mas a base disso é a injustiça social. E a liberdade pode vencer essa injustiça; nós estamos num processo de liberdade, mas ainda mais restritos às liberdades formais – de ir e vir, falar, reunir, questionar, pensar. Ainda não estamos na era das liberdades fundamentais – liberdade de ter, de poder se alimentar bem, de viver bem, de ter moradia, de ter assistência à saúde, enfim, de ter atendidas aquelas necessidades básicas de fato da vida. A liberdade oferece a oportunidade de construir essa era. Nesse sentido, mesmo que timidamente, estamos avançando.

SOCIEDADE CIVIL NA CONSTITUINTE

Sim, foi isso mesmo: houve ampla e importante participação da sociedade civil. Contudo, há que destacar que, enquanto nas outras Subcomissões se podia constatar a atuação de entidades mais coletivas, nos assuntos da educação havia a presença tão somente e apenas das entidades que tinham a ver diretamente e objetivamente com a educação. O sindicato que representa as escolas particulares estava sempre presente, sempre tentando influir através dos seus constituintes. Sempre estiveram muito presentes a CPB (Confederação dos

Professores do Brasil, atual CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação) e a ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior). Lembro-me de que muitas freiras, de instituições de educação confessionais, defendiam enfaticamente o ensino religioso. Por outro lado, Florestan Fernandes defendia candentemente a escola laica. Mas a defesa do ensino religioso foi um ponto muito importante, muito questionado, envolvendo muito conflito. Quero reforçar que a sociedade civil teve uma presença significativa como um todo no processo constituinte. Eu nunca tive notícia de uma participação tão efetiva da sociedade civil como no processo da Constituinte de 1987-1988 no Brasil. E é fácil constatar isso no resultado, porque, se fôssemos tomar o perfil de cada um dos constituintes, veríamos uma pirâmide invertida: a maioria dos constituintes representando os interesses da minoria do povo, e vice-versa; o texto da Constituição é inverso a essa pirâmide.

“MUP”: ENFRENTANDO O *CENTRÃO*

Um momento de muita apreensão foi o de criação do *Centrão*. Esse movimento ameaçou a própria sobrevivência do processo constituinte. Naquele momento, a habilidade de Ulisses Guimarães foi absolutamente fundamental. Nesse momento, sim, corremos riscos, e nós nos preparávamos para os embates, discutindo estratégias. Nós iniciamos, em cinco pessoas, um movimento chamado MUP (Movimento de Unidade Progressista), que tomou corpo e foi capaz de enfrentar o *Centrão*. Este havia se constituído como um rolo compressor para esmagar a minoria mais progressista. Mas não conseguiu, porque nós denunciávamos quem eram. Em cada Estado da federação, contávamos com lideranças articuladas, se fazia material divulgando quem tinha votado o quê, e, antes das votações importantes, mandávamos emissários para pressionar este ou aquele constituinte. Isso nos fez vencer. Vivemos uma luta, mas muita luta mesmo, acirrada, de ir às vias de fato. Eu mesmo fiquei conhecido como o “brigão da Constituinte”...

VOTO AOS 16 ANOS

A maior satisfação que tive no desempenho na Constituinte foi a aprovação do direito de voto aos 16 anos. Essa foi uma proposta apresentada por mim e que logrou aprovação. Creio que foi um ponto muito importante. Sempre considerei o voto aos 16 anos como um instrumento poderoso ao longo do tempo. Isso tem a ver com a própria ideia da nossa luta pelo tipo de Constituição que construímos, que era a oportunidade de o povo construir um caminho, e o voto é instrumento para isso. E a juventude tem a garra, a determinação, a visão revolucionária para fazer isso. Tentei aprovar o direito de voto em 1985, para que os jovens pudessem votar na eleição de parlamentares que fariam a Constituição, pois seriam eles quem iriam viver mais tempo sob a égide da nova Constituição. Na campanha política de 1986, defendi essa proposta. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, a discussão do voto aos 16 anos foi uma guerra, à época tive um embate muito forte com o Ministro Leônidas Pires (Exército) porque ele era contra a proposta. Dizia que não poderíamos dar o direito de decidir quem iria dirigir o Brasil a quem não tinha o direito de dirigir um automóvel. Fui à tribuna e argumentei que havia uma lei estipulando que o jovem, aos 16 anos, podia voluntariamente apresentar-se para defender o Brasil em caso de declaração de guerra. O seja: o jovem poderia morrer em defesa da pátria e não poderia votar? Depois disso, o Ministro Leônidas informou que não interferiria mais no assunto. Florestan sugeriu que eu falasse com Afonso Arinos para obter apoio à proposta. Falei com ele e combinamos dividir um tempo de fala na votação do texto final da Constituição. Arinos disse que me faria uma surpresa. Eu fiz minha intervenção oral, e Afonso Arinos, no final da respectiva fala, disse “quero advertir a essa Assembleia que uma das mais graves crises da história de nosso país foi resolvida na época do Imperador Pedro II, quando ele foi declarado com maioria, na idade de 15 anos”. Estou insistindo nisso porque tem tudo a ver com educação, com educação política. Aliás, acho que a escola brasileira deveria dar mais atenção à educação política. A cultura

brasileira ainda é de reclamação, de responsabilizar os outros, uma cultura de uma sociedade, no máximo, “adolescente”. Há mais de vinte e cinco anos, vivemos numa sociedade na qual o povo não tem mais o direito de se queixar de seus políticos, pois os governantes são eleitos pelo voto. Portanto, está na hora de o povo escolher com consciência. E para isso a escola pode contribuir. Briguei pelo direito de voto aos 16 anos justamente por isso: porque a maioria da juventude, nessa idade, ainda está na escola.

Entretanto, a escola não está cumprindo a sua função de educação política. Fui fazer uma palestra para estudantes e perguntei a eles: “Quem aqui não tem nada a ver com política?”. Todos levantaram a mão. Então, fiz uma série de perguntas a eles, que tinham a ver com seus cotidianos, mostrando que tudo tem a ver com política. Mas a escola, em geral, não tem feito isso. Não estou falando de catequese política, de partidarização, e sim de discussão política dentro da escola: quais são os partidos, quais são os candidatos, no que a política influencia em nossas vidas, como é o processo eleitoral. Tudo isso para fomentar a consciência que o voto é o mais poderoso instrumento de transformação social. E foi por isso que briguei para aprovar o voto aos 16 anos. Esse foi um dos pontos de maior conflito dentro da Constituinte. Houve um deputado que chegou a rasgar o texto da Comissão de Sistematização porque tínhamos conseguido aprovar o voto aos 16 anos. Essa reação se deve à percepção de que a juventude tem uma atitude revolucionária mais avançada que os adultos e é disso que a direita tem medo. E isso ficou provado no episódio dos “cara-pintadas”, que tiraram Collor da Presidência da República.

LEGADO DA CONSTITUINTE

Apesar das muitas dezenas de emendas que a Constituição de 1988 sofreu ao longo desses anos, estou convicto que a Carta que promulgamos continua merecedora do atributo de “cidadã”. Porque ajudou a criar um clima que não se desfez, ela continua sendo uma referência — embora tenha sido tão agredida

desde que veio ao mundo. Isso é uma prova de que construímos um instrumento que não foi, a seu tempo, compreendido suficientemente, defendido suficientemente pelo conjunto da sociedade brasileira. A sociedade continua sendo vítima de articulações, de processos, de instituições que detêm poder, no sentido de minorias em relação a maiorias. Mas insisto: no geral, essa edificação foi muito importante, e estou convencido de que a aprendizagem de nosso povo sobre o valor da liberdade, embora não de todo ainda consciente, é uma garantia de que não se aceitem retrocessos em termos de cerceamento da liberdade.

É muito importante registrar que o grande medo de Ulisses Guimarães era de que perdêssemos o processo constituinte e que retornássemos ao processo de cerceamento de liberdades. E esse medo não era gratuito, pois ele tinha informações que não tínhamos. Mas ele era muito cuidadoso, em vários episódios houve efetiva ameaça de retorno à ditadura militar. Na época da Assembleia Constituinte, havia ainda um risco real e efetivo de retrocesso. Muitas vezes, circulavam boatos muito preocupantes; muitos de nós não acreditávamos nisso — até porque, do contrário, não teríamos exercido os papéis que nos cabiam. Havia um grupo significativo que militou com crença absoluta na verdade, na justiça, com base no entusiasmo, sem julgar interesses de ordem pessoal, com a visão desprendida de qualquer outra coisa que não fosse pensar numa sociedade na qual gostássemos de viver, e que o povo pudesse ter essa possibilidade. Com o mesmo entusiasmo e mesmo espírito de luta, após a promulgação da Constituição nós começamos a trabalhar em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na medida em que nosso povo vá ganhando consciência e na medida em que a escola possa entender o quão fundamental ela é nesse processo político, muita coisa pode mudar. E pode mudar por pressão popular. E eu invoco como testemunha a virada que nós demos na Constituinte — nós éramos uma minoria e construímos um texto com a expressão de maioria de votos. E conseguimos isso por uma luta

que fazíamos lá dentro, mas, principalmente, porque nossa luta tinha o suporte da opinião pública brasileira, da mobilização popular. E é esse o medo que eu tenho em relação à educação: não há ainda um grau de maturidade, de consciência coletiva, de interesse público nacional no sentido de povo, de assumir uma via de construção de uma nova sociedade a partir de um aprofundamento de estruturas, enfim, de toda uma base para a educação.

Depoimento concedido ao pesquisador Antônio Sérgio Rocha na manhã de 18 de maio de 2016, em seu escritório no centro de Porto Alegre (RS).

ANEXO

02 de março de 1988

“Por 355 favoráveis, 98 contra e 38 abstenções, a Assembleia Nacional Constituinte aprova emenda proposta pelo deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) que decreta o voto facultativo aos 16 anos de idade. A emenda estabelece que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos, maiores de 70 anos e menores a partir de 16 anos. Após a decisão, diversos jovens comemoravam a decisão gritando: “Chegou a nossa vez, voto aos 16”. Nas galerias, a comemoração foi ruidosa e teve a participação dos militantes da União da Juventude Socialista”